

BRASÍLIA - Agência Estado

A Frente Parlamentar contra a Corrupção acusou nesta quarta-feira o Congresso Nacional de não ter interesse em fazer avançar propostas de combatam a corrupção. "Há 358 projetos tramitando e quase 50 prontos para o plenário e não vai nenhum. Alguns estão prontos para o plenário há 10 anos. Temos projetos com condições de indicar o relator há 12 anos", afirmou o presidente da comissão, deputado Francisco Praciano (PT-AM), durante Seminário Internacional de Combate à Corrupção realizado na Câmara dos Deputados organizado pela representação brasileira da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (Gopac).

Segundo ele, o único momento em que os congressistas chegaram a demonstrar alguma iniciativa para discutir o tema da corrupção foi após a realização das manifestações do meio do ano passado, mas que, passado o movimento das ruas, os projetos voltaram "a dormir nas gavetas do Congresso". O levantamento foi feito também por outro integrante da frente, o deputado Mendes Thame (PSDB-SP).

Representantes dos principais veículos de imprensa participaram do evento, como o diretor de conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour; a colunista da Folha de S.Paulo, Eliane Cantanhêde; o editor de Política do Correio Braziliense, Leonardo Cavalcanti; e o jornalista da Revista Veja, Rodrigo Rangel.

No início da mesa redonda, Gandour colocou como um dos desafios acabar com o entendimento por parte de alguns agentes públicos de que questionamentos sobre determinados assuntos não devem ser esclarecidos. "Evidentemente todos sabemos que o papel do jornalismo é perguntar o que não quer ser respondido. É tentar mostrar o que não quer ser exibido. É tentar revelar o que está oculto. E frequentemente essa atitude inclui um natural incômodo. O papel do jornalismo majoritariamente é incomodar e é assim que se fiscaliza os poderes, os negócios públicos e também os privados", afirmou o jornalista. "Por outro lado, também é importante lembrar que a missão, o dever, do gestor público, do servidor público é prestar contas à sociedade, ao contribuinte, ao cidadão", acrescentou.

Gandour defendeu, entretanto, que deve haver "zelos" tanto por parte da imprensa quanto daqueles que são alvos de questionamentos. "Do nosso lado da imprensa, é nossa obrigação dar o tempo necessário à fonte para que ela providencie as explicações necessárias. É preciso perguntar com clareza, estruturar a pauta para que a fonte tenha clareza do que está sendo pesquisado", afirmou. Segundo ele, da parte dos agentes públicos uma das missões é de se estruturar para prestar informações. "Frequentemente a gente ainda se depara com uma situação esdrúxula que é reações "como você quer saber isso? Por que a imprensa que saber disso?"

Representante da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (Gopac), o mexicano Jorge Zemen Infante considerou a corrupção como uma "violação permanente dos direitos fundamentais". "A corrupção é uma violação permanente dos direitos fundamentais. Há debates em nível global que nos levam a considerar a grande corrupção como uma violação de direitos humanos", afirmou o mexicano. Segundo Infante, nos últimos 10 anos de atuação junto à Gopac, observou que uma das medidas de avanço no combate à corrupção foi a criação de leis e o fortalecimento das instituições para executá-las.